



**PODER EXECUTIVO
CONCEIÇÃO DE IPANEMA**

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

PROJETO DE LEI N° 03 /2019

De 11 de abril de 2019.

Súmula: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2020 e dá outras providências."

O Prefeito do Município de CONCEIÇÃO DE IPANEMA, MG, no uso de suas atribuições legais, em especial as previstas na Lei Orgânica Municipal, propõe ao Poder Legislativo o seguinte Projeto de Lei:

Disposições Preliminares

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2020, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI – definição de critérios para início de novos projetos;
- XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

XIII – incentivo à participação popular e à transparência pública;

XIV – as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integrarão esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2018–2021, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2020 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2020 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2020 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. Em entendimento ao art. 167, VI da Constituição Federal, são definidos os seguintes conceitos:

§ 1º. – As categorias de programação de que trata o art. 45 desta Lei serão identificadas por programas e ações (atividades, projetos, operações especiais), de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2018-2021.

§ 2º. – Órgãos são as entidades existentes no Município.



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

Art. 4º. O orçamento fiscal, o da seguridade social discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. O orçamento fiscal, o da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I – texto da lei;
- II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
- III – quadros orçamentários consolidados;
- IV – anexo(s) do(s) orçamento(s) fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

- I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e respectiva Lei nº 11.494/2007;



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

Art. 4º. O orçamento fiscal, o da seguridade social discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. O orçamento fiscal, o da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I – texto da lei;
- II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
- III – quadros orçamentários consolidados;
- IV – anexo(s) do(s) orçamento(s) fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

- I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e respectiva Lei nº 11.494/2007;



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações de serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2020 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2019, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, caso ocorram acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Setor de Contabilidade) do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º. O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão ao Setor de Contabilidade do Poder Executivo, até o dia 15 de dias antes do prazo, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

Art.11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República, seja pelo regime ordinário ou especial.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício de 2020, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no mínimo, 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2020, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Parágrafo Único. Entende-se por eventos fiscais imprevistos aqueles não previstos no orçamento.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18. Se durante o exercício de 2020 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2020, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;



PODER EXECUTIVO
CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2020 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2020 deverão estar acompanhados de demonstrativos que os discriminem, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2020 a 2021, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para a busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e as despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a – a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;
- b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2020, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários;
- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28. A lei orçamentária de 2020 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

realização de um programa finalístico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

Parágrafo único. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno, visando a eficiência e eficácia administrativa.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2020 por, no mínimo, pelo presidente do Conselho municipal respectivo, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, esporte, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento econômico.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais, observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição da República.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 37. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art. 38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020, os seguintes demonstrativos:

- I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2020 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2020-2021 e com as normas desta Lei;
- II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2020, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2019.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 41. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2020, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a abertura de participações e a utilização dos meios eletrônicos disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento, além de publicação em meios eletrônicos em tempo real, nos termos do art. 48, Parágrafo único da LC 101/2000.

Art. 42. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2020 mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 43. As previsões de receitas e as fixações de despesas junto ao orçamento anual devem apresentar as fontes de recursos para cada dotação orçamentária.

Art. 44 – O Poder Executivo Municipal poderá por meio de Decreto, promover a inclusão e/ou alteração de Fontes e Destinações de Recursos na Lei Orçamentária Anual de 2020, sempre na mesma dotação orçamentária.

Parágrafo único: Entende-se por alteração a transferências de saldos entre as Fontes e Destinações de Recursos da mesma dotação orçamentária.

Art. 45. O Poder Executivo poderá, mediante decreto específico, remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2020 e em seus créditos adicionais, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no artigo 3º, desta Lei, conforme os conceitos:

I - remanejamentos são realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro.

II - transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.

III - transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 46. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.



PODER EXECUTIVO CONCEIÇÃO DE IPANEMA

CNPJ: 18.334.300/0001-72

Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

§ 3º. Os órgãos executores do orçamento manterão previsão orçamentária dentro das respectivas fontes de recursos, sendo permitida a sua anulação para outra fonte livre ou vinculada, quando devidamente justificada.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, dentro da respectiva fonte de recurso.

Art. 48. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes, cuja alteração venha ser proposta.

Art. 49. Se o projeto de lei orçamentária de 2020 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PIS-PASEP;
- V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e
- VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º. As despesas descritas no inciso I a V deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2020, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º. Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2020, para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. Em caso de Emenda supressiva ou redutiva que altere a dotação utilizada no caput deste artigo, o Poder Executivo utilizar-se-á de decreto para recomposição dos valores, utilizando-se dos limites de créditos adicionais suplementares.



**PODER EXECUTIVO
CONCEIÇÃO DE IPANEMA**

CNPJ: 18.334.300/0001-72

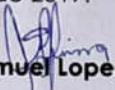
Av. Geraldo de Barros, nº 192, Centro, CEP: 36.947-000

Art. 50. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I – Anexo de Metas Fiscais;
- II – Anexo de Riscos Fiscais;
- III – Anexos de Metas e Prioridades de Governo.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Conceição de Ipanema, 11 de abril de 2019.


Samuel Lopes de Lima
Prefeito Municipal

Samuel Lopes de Lima
Prefeito Municipal
CPF: 012.858.566-86



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS

2020

Valores em R\$1,00

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB *
Receita Total	24.000.000,00	23.076.923,06	0,00	25.500.000,00	23.632.993,51	0,00	27.500.000,00	24.565.360,61	0,00
Receitas Primárias (I)	22.789.088,73	21.663.739,16	0,00	24.180.379,49	22.409.990,29	0,00	26.069.366,91	23.287.398,11	0,00
Despesa Total	24.000.000,00	23.076.923,06	0,00	25.500.000,00	23.632.993,51	0,00	27.500.000,00	24.565.360,61	0,00
Despesas Primárias (II)	23.635.000,00	22.725.981,84	0,00	25.119.100,00	23.279.981,46	0,00	27.094.071,50	24.202.750,43	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-875.911,27	-842.222,38	0,00	-938.720,51	-869.991,20	0,00	-1.024.702,59	-915.352,31	0,00
Resultado Nominal	-50.000,00	-48.076,92	0,00	-50.000,00	-46.339,20	0,00	-50.000,00	-44.664,29	0,00
Dívida Pública Consolidada	1.550.000,00	1.490.384,62	0,00	1.500.000,00	1.390.176,09	0,00	1.450.000,00	1.295.264,47	0,00
Dívida Consolidada Líquida	1.420.000,00	1.385.384,62	0,00	1.370.000,00	1.269.694,16	0,00	1.320.000,00	1.179.137,31	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* Valor Corrente / PIB x 100

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - VALORES PREVISTOS (EM REAIS)

2020	2021	2022
0,00	0,00	0,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO - VALORES PREVISTOS (EM %)

2020	2021	2022
4,00	3,75	3,75



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I)

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2018 - (a)	% PIB	METAS REALIZADAS EM 2018 - (b)	% PIB	VARIAÇÃO	
					(c) = (b - a)	% (c / a) * 100
Receita Total	20.000.000,00	0,00	13.126.576,04	0,00	-6.873.423,96	-34,37
Receitas Primárias (I)	19.573.500,00	0,00	13.088.355,03	0,00	-6.485.144,97	-33,13
Despesa Total	20.000.000,00	0,00	13.191.472,15	0,00	-6.808.527,85	-34,04
Despesas Primárias (II)	19.680.000,00	0,00	12.968.610,12	0,00	-6.711.389,88	-34,10
Resultado Primário (III) = (I - II)	-106.500,00	0,00	119.744,91	0,00	226.244,91	-212,44
Resultado Nominal	1.170.000,00	0,00	-251.277,49	0,00	-1.421.277,49	-121,48
Divida Pública Consolidada	1.500.000,00	0,00	97.871,63	0,00	-1.402.128,37	-93,48
Divida Consolidada Líquida	1.370.000,00	0,00	-1.561.985,78	0,00	-2.931.985,78	-214,01

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - EXERCÍCIO DE 2018 (EM REAIS)

VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO
0,00	446.313.000,00



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2020

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						Valores em R\$1,00	
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	15.000.000,00	20.000.000,00	33,33	22.000.000,00	10,00	24.000.000,00	9,09	25.500.000,00
Receitas Primárias (I)	14.625.000,00	19.573.500,00	33,84	20.772.120,86	6,12	22.759.088,73	9,57	24.180.378,49
Despesa Total	15.000.000,00	20.000.000,00	33,33	22.000.000,00	10,00	24.000.000,00	9,09	25.500.000,00
Despesas Primárias (II)	14.516.000,00	19.680.000,00	35,57	21.660.000,00	10,06	23.635.000,00	9,12	25.119.100,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	109.000,00	-106.500,00	-19,71	-887.879,14	733,69	-875.911,27	-1,35	-938.720,51
Resultado Nominal	961.887,55	950.000,00	-1,24	100.000,00	-89,47	-50.000,00	-150,00	-50.000,00
Dívida Pública Consolidada	200.000,00	1.500.000,00	650,00	1.600.000,00	6,67	1.550.000,00	-3,13	1.450.000,00
Dívida Consolidada Líquida	420.000,00	1.370.000,00	226,19	1.470.000,00	7,30	1.420.000,00	-3,40	1.370.000,00
								-3,52

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						Valores em R\$1,00	
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	16.186.556,25	20.802.000,00	28,51	22.000.000,00	5,76	23.076.923,08	4,90	23.632.993,51
Receitas Primárias (I)	15.781.892,34	20.368.397,35	29,00	20.772.120,86	2,03	21.883.739,16	5,35	22.409.990,26
Despesa Total	16.186.556,25	20.802.000,00	28,51	22.000.000,00	5,76	23.076.923,08	4,90	23.632.993,51
Despesas Primárias (II)	15.664.270,04	20.469.168,00	30,67	21.660.000,00	5,82	22.725.961,54	4,92	23.279.981,46
Resultado Primário (III) = (I - II)	117.622,31	-110.770,65	-19,47	-887.879,14	701,55	-842.222,38	-5,14	-869.991,20
Resultado Nominal	1.037.976,46	988.095,00	-4,81	100.000,00	-89,88	-48.076,92	-148,08	-46.339,20
Dívida Pública Consolidada	215.820,75	1.560.150,00	622,89	1.600.000,00	2,55	1.490.384,62	-6,85	1.390.176,09
Dívida Consolidada Líquida	453.223,58	1.424.937,00	214,40	1.470.000,00	3,16	1.365.384,62	-7,12	1.269.694,16
								-7,01

	ÍNDICES DE INFLAÇÃO (EM %)						Valores em R\$1,00
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
2,95		3,75	4,01	4,00	3,75	3,75	3,75



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	Valores em R\$1,00	
					2016	%
Patrimônio / Capital	4.453.725,55	100,00	4.753.578,43	100,00	3.979.797,21	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.453.725,55	100,00	4.753.578,43	100,00	3.979.797,21	100,00



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III)

				Valores em R\$1,00
		2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de bens Móveis		0,00	0,00	0,00
Alienação de bens Imóveis		0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS		2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida		0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência		0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO		$2018 (g) = (ia - id + iiih)$	$2017 (h) = (ib - ie + iii)$	$2016 (i) = (ic - if)$
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (III)		0,00	0,00	0,00
VALOR (IV) = (I - II + III)		0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DE IPANEMA

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00

ANEXO DE RISCOS FISCAIS



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2020

R\$1.00

Art. 18º, an. 4º, § 2º)

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

PASSIVOS CONTINGENTES

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avalia e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Mais	0,00		0,00
Discrepancia de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00
TOTAL	0,00		0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

PASSIVOS CONTINGENTES

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	50.000,00	Utilizar da reserva de contingência.	50.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avalia e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	25.000,00	Utilizar da reserva de contingência.	25.000,00
SUB-TOTAL	75.000,00		75.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS

Descrição	Valor	Descrição	Valor



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

2020

Frustracao de Arrecadacao	10.000.000,00	Ocorrendo frustração de arrecadação de receitas orçamentárias, será na mesma proporção, limitado empenhos para manutenção do equilíbrio financeiro	10.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepancia de Projetos	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	25.000,00	Utilizar da reserva de contingência.	25.000,00
SUB-TOTAL	10.025.000,00		10.025.000,00
TOTAL	10.100.000,00		10.100.000,00

22



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: EFETUAR O PAGAMENTO DE DESPESAS DE ENCARGOS FINANCEIROS, TAIS COMO DESPESAS COM JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA, PAGAMENTO DA FOLHA DE INATIVOS E PENSIONISTAS E PAGAMENTO DE DESPESAS COM SENTENÇAS JUDICIAIS.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.001	DESP. COM PGTO. SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATORIOS	%	25,00	SENTENÇAS JUDICIAIS LIQUIDADAS
0.002	DESP. COM AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DIVIDA	%	25,00	REDUÇÃO DA DIVIDA
0.003	DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	%	25,00	PAGAMENTOS MANTIDOS

PROGRAMA: 0002 APOIO ADMINISTRATIVO, ORÇAMENTARIO E FINANCEIRO

OBJETIVO: APOIAR OS ORGAOS, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS NA GESTAO DOS RECURSOS HUMANOS, ADMINISTRATIVOS, ORÇAMENTARIOS E FINANCEIROS, OBJETIVANDO A REALIZACAO DAS ACOES GOVERNAMENTAIS, RELACIONADAS AOS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PREVISTAS.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.005	CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	%	25,00	BENEFÍCIO MANTIDO
0.008	MANUTENÇÃO DO CONVÉNIO COM OS CORREIOS	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.005	MANUTENÇÃO SUBSÍDIOS DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.007	DESPESAS COM DIVULGAÇÃO OFICIAL E PUBLICIDADE	%	25,00	PUBLICIDADE MANTIDA
2.008	MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.009	MANUTENÇÃO DAS ATIV. COM ASSESSORIA JURÍDICA	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.010	MANUT. DOS SUBSÍDIOS DO SEC. DE ADMIN. E FINANÇAS	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.011	MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.012	MANUT. DOS SUBSÍDIOS SECRETÁRIO MUN. DE EDUCAÇÃO	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

AÇÃO	DESCRICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.013	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.026	MANUT. DOS SUBSIDIOS DE SECRETARIO MUN DE SAUDE	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.027	MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE HIGIENE E SAUDE	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.037	MANUT. SUBSIDIOS DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. PUBL	%	25,00	SERVICOS PUBLICOS MANTIDOS
2.038	MANUT. DAS ATIV DA SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. PUB	%	25,00	SERVICOS PUBLICOS MANTIDOS
2.044	MANUT. DOS SUBSIDIOS DO SEC. MUN. DE ASSIT. SOCIAL	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.045	MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE ASSIST. SOCIAL	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.056	MANUTENCAO DO CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL	%	25,00	CONSELHO MANTIDO
2.060	MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE	%	25,00	CONSELHO MANTIDO

PROGRAMA: 0003 GESTAO DA SEGURANCA PUBLICA

OBJETIVO: APOIAR AS POLICIAS CIVIL E MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DE ACOES VOLTADAS PARA SEGURANCA SOCIAL, PLANEJAR E EXECUTAR POLITICAS VISANDO A PRESTACAO DE SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA.

AÇÃO	DESCRICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.006	CONVENIOS COM POLICIAS CIVIL, MILITAR E BOMBEIROS	%	25,00	SEGURANCA PUBLICA DE QUALIDADE

PROGRAMA: 0004 UNIVERSALIZACAO DO ENSINO INFANTIL

OBJETIVO: AMPLIAR O NUMERO DE VAGAS PARA ATENDIMENTO A CRIANCAS DE 0 (ZERO) A 5 (CINCO) ANOS DE IDADE, EM CRECHES E PRE-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCACAO. DESENVOLVER O NIVEL DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL.

AÇÃO	DESCRICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.010	CONST., REF. AMP. E EQUIP. PREDIOS ENSINO INFANTIL	UN	2,00	PREDIOS CONSTRUIDOS, REFORMADOS OU AMPLIADOS
1.034	CONST., AMP. E REF. PREDIOS ENSINO INFANTIL FUNDEB	UN	2,00	PREDIOS CONSTRUIDOS, REFORMADOS OU AMPLIADAS
1.035	AQUIS. DE EQUIP. E VEIC. ENSINO INFANTIL - FUNDEB	%	25,00	VEICULOS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
2.020	MANUT. DAS ATIV. COM ENSINO PRE-ESCOLAR-FUNDEB	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE
2.021	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM CRECHES	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.022	MANUT. DAS ATIV. COM ENSINO PRE-ESCOLAR FUNDEB	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE
2.073	MANUT. DOCENTES DO MAGISTERIO DA CRECHE	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE
2.079	MANUT. REMUN. DOCENTES MAGISTERIO - PRE-ESCOLAR	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE
2.080	MANUT. REMUN. DOCENTES MAGISTERIO - CRECHE	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE

PROGRAMA: 0005 UNIVERSALIZACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDIÇOES DE ACESSO, PERMANENCIA E ÊXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.008	CONST. REF. AMP. E EQUIP. PRED. ENSINO FUNDAMENTAL	UN	5,00	PREDIOS CONSTRUÍDOS, REFORMADOS OU AMPLIADOS
1.008	AQUIS. DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	%	25,00	VEICULOS ADQUIRIDOS
1.036	CONST. AMP. E REF. PREDIOS ENS. FUNDAMENTAL FUNDEB	UN	5,00	PREDIOS CONSTRUÍDOS, REFORMADOS OU AMPLIADOS
1.037	AQUIS. EQUIP. E VEIC. P/ ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB	%	25,00	EQUIPAMENTOS E/OU VEICULOS ADQUIRIDOS
2.015	MANUT. DAS ATIV. COM O ENSINO FUNDAMENTAL	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE
2.016	MANUT. REM. DOCENTES DO FUNDEB - ENS. FUNDAMENTAL	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE
2.017	MANTENENCAO DAS ATIVIDADES COM O TRANSPORTE ESCOLAR	%	25,00	TRANSPORTE ESCOLAR DE QUALIDADE
2.018	MANUT. DAS ATIV. COM O TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB	%	25,00	TRANSPORTE ESCOLAR DE QUALIDADE
2.019	MANTENENCAO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE
2.059	MANUT. DAS ATIV. COM ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE
2.076	MANUT. REM. DOCENTES MAGISTERIO - ENS. FUNDAMENTAL	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0006 GESTAO DA ALIMENTACAO ESCOLAR

OBJETIVO: OFERECER ALIMENTAÇÃO DE QUALIDADE AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA DESENVOLVIMENTO NUTRICIONAL E CONSEQUENTEMENTE DA SAÚDE DO ALUNO, GARANTINDO PLENAS CONDIÇÕES PARA SEU DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.014	MANUT. DO FORTALECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	%	25,00	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE QUALIDADE

PROGRAMA: 0007 GESTAO DA POLÍTICA CULTURAL

OBJETIVO: DIRIGIR E SUPERVISORAR AS ACESSES DESENVOLVIDAS NO AMBITO DA POLÍTICA CULTURAL DO MUNICÍPIO. FOMENTAR A CONSTITUIÇÃO DE CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL, POSSIBILITANDO A ATUAÇÃO EFETIVA DE DIFERENTES SEGMENTOS NA GESTAO DA POLÍTICA CULT. DO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.023	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE CULTURA	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO

PROGRAMA: 0008 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

OBJETIVO: PROPICIAR SERVIÇO QUALIFICADO NA ASSISTÊNCIA MÉDICA-HOSPITALAR AOS PACIENTES USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE, EXPANDIR A OFERTA DE ATENDIMENTOS DE URGENCIA, EMERGÊNCIA, INTERNACOES EM CLÍNICA MÉDICA E CIRURGICA, E DEMAIIS SERV. MEIOS NECESSARIOS.

AÇÃO	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.011	MANUTENÇÃO CONVENIO CONSORCIO DE SAÚDE - RATEIO	%	25,00	SAÚDE DE QUALIDADE
0.013	MANUTENÇÃO DE CONVENIOS COM ENTIDADES DE SAÚDE	%	25,00	SAÚDE DE QUALIDADE
1.011	AQUIS. VÉCULO E EQUIP. PARA ATENDIMENTO DA SAÚDE	%	25,00	VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
2.028	MANUT. DO CONTRATO DE PROGRAMA - CONSORCIO SAÚDE	%	25,00	SAÚDE DE QUALIDADE
2.029	MAN. DO ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	%	25,00	SAÚDE DE QUALIDADE



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0009 GESTAO DA ATENCAO BASICAS DA SAUDE

OBJETIVO: AUMENTAR A QUALIDADE DE SERVICOS DA ATENCAO BASICADA SAUDE PRESTADO A POPULACAO, A PARTIR DA ESTRATIFICACAO DAS CONDIÇOES DE RISCO, INTENSIFICANDO E EXPANDINDO AS ACOES DE

ASSISTENCIA, PROMOCAO E VIGILANCIA A SAUDE E PREVENCAO DE AGRAVOS.

AÇÃO	DESCRICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.012	CONST., REF. E AMP. DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	UN	4,00	UNIDADES DE SAUDE CONSTRUIDAS, REFORMADAS OU AMPL.
2.030	MANTENCAO DAS ATIVIDADES COM A SAUDE DA FAMILIA	%	25,00	SAUDE DE QUALIDADE
2.031	MANUT. DAS ATIV. COM AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE	%	25,00	SAUDE DE QUALIDADE
2.032	MANTENCAO DAS ATIVIDADES COM A SAUDE BUCAL	%	25,00	SAUDE DE QUALIDADE
2.033	MANTENCAO DAS ATIVIDADES COM ATENCAO BASICAS	%	25,00	SAUDE DE QUALIDADE
2.034	MANUT. DAS ATIV. COM OUTROS PROGRAMAS DA SAUDE SUS	%	25,00	SAUDE DE QUALIDADE
2.072	MANTENCAO DAS ATIVIDADES COM O NASF	%	25,00	SAUDE DE QUALIDADE
2.077	MANUT. DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	%	25,00	SAUDE DE QUALIDADE

PROGRAMA: 0010 GESTAO DA VIGILANCIA EM SAUDE

OBJETIVO: REALIZAR MONITORAMENTO SISTEMATICO DO ESTADO DA SAUDE EM TODO O MUNICIPIO, TENDO COMO ESTRATEGIA PRIORITARIA A EFETIVACAO DAS ACOES DE VIGILANCIA EM SAUDE.

AÇÃO	DESCRICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.035	MANUT. DAS ATIV. COM VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	%	25,00	PREVENCAO DE QUALIDADE
2.036	MANUT. DAS ATIVIDADES COM A VIGILANCIA SANITARIA	%	25,00	SAUDE DE QUALIDADE

PROGRAMA: 0011 GESTAO DO ESPORTE, LAZER E TURISMO

OBJETIVO: PROMOVER ACES NA BUSCA DO FOMENTO AO TURISMO DE LAZER E EVENTOS ESPORTIVOS, AUMENTANDO A INTEGRACAO DA SOCIEDADE E CONSEQUENTE MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA.

AÇÃO	DESCRICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.025	REALIZACOES DE EVENTOS ESPORTIVOS	%	25,00	EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS
2.071	MANUT. DO PROJETO ESCOLA DE FUTEBOL LEÕES DE JUDA	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0012 PROTECAO SOCIAL BASICA

OBJETIVO: PROMOVER SERVICOS PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFICIOS, EM ESPECIAL PARA FAMILIAS, INDIVIDUOS E GRUPOS, QUE DELES NECESSITAREM, CONTRIBUINDO COM A INCLUSAO DOS USUARIOS, AMPLIANDO O ACESSO AOS BENS E SERVICOS SOCIOASSISTENCIAIS.

AÇÃO	DESCRICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.046	MANUT. DAS ATIV. DA PROTECAO SOCIAL BASICA	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.047	MANUT. DO FUNDO MUN. CRIANCA E DO ADOLESCENTE	%	25,00	FUNDO MUN. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE MANTIDO
2.048	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM O CONSELHO TUTELAR	%	25,00	CONSELHO TUTELAR MANTIDO
2.051	MANUT. OUTROS PROGRAMAS DA ASSISTENCIA SOCIAL	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

PROGRAMA: 0013 PROTECAO SOCIAL ESPECIAL

OBJETIVO: PROMOVER SERVICOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFICIOS, EM ESPECIAL PARA FAMILIAS, INDIVIDUOS E GRUPOS,QUE SE ENCONTRAREM EM SITUACAO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, POR OCORRENCA DE ABANDONO, MAUS TRATOS, ABUSO SEXUAL, SITUACAO DE RUAS, ENTRE OUTRAS.

AÇÃO	DESCRICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.010	MANUTENCAO DO CONVENIO COM A APAE	%	25,00	CONVENIO COM A APAE MANTIDO

PROGRAMA: 0014 GESTAO DA LIMPEZA PUBLICA

OBJETIVO: OTIMIZAR E MELHORAR A PRESTACAO DOS SERVICOS DE LIMPEZA URBANA NO MUNICIPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA, VISANDO A MELHORIA DO MEIO AMBIENTE E DA SAUDE PUBLICA.

AÇÃO	DESCRICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.039	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM A LIMPEZA PUBLICA	%	25,00	CIDADE LIMPA E MEIO AMBIENTE PRESERVADO



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração Municipal

PROGRAMA: 0016 GESTÃO DA ESTRUTURAÇÃO URBANA E RURAL

OBJETIVO: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL ORDENADO, POR MEIO DE INVESTIMENTOS NAS ÁREAS DE URBANISMO, TRANSPORTE, SANEAMENTO, HABITACAO, ENERGIA, ENTRE OUTRAS, VISANDO MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO E CONSEQUENTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.012	MANUTENCAO DO CONSORCIO DE SANEAMENTO BASICO	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
0.017	MANUT. DO CONTRATO DE RATEIO DE ILUMINACAO PUBLICA	%	25,00	CONTRATO DE RATEIO MANTIDO
1.013	CONSTRUCAO E CONSERVACAO DE PONTES E BUEIROS	UN	10,00	CONSTRUCAO E CONSERVACAO DE PONTES E BUEIROS
1.014	CONSTRUCAO E CONSERVACAO DE ESTRADAS VICINAIS	KM	15,00	CONSERVAR E CONSTRUIR ESTRADAS VICINAIS
1.015	CONST., REFORMA E AMPLIACAO DO PALACIO MUNICIPAL	UN	1,00	PALACIO MUNICIPAL CONSTRUIDO REFORMADO OU AMPLIADO
1.016	PAV. E CALCAMENTOS DE RUAS, PRACAS E AVENIDAS	M2	2.700,00	RUAS, PRACAS E AVENIDAS PAVIMENTADAS OU CALCADAS
1.017	CONST., AMP. E REF. DE PASSEIOS E MUROS URBANOS	UN	1,00	PASSEIOS E MUROS CONSTRUIDOS, REF. OU AMPLIADOS
1.018	CONST.,AMP. E REF. DE CEMITERIOS E CAPELA VELORIO	UN	1,00	CEMITERIOS E CAPELAS VELORIOS CONST., REF. OU AMP
1.019	CONST.,AMP E REF. DE PRACAS, PARQUES E JARDINS	UN	1,00	PRACAS, PARQUES E JARDINS CONST., REF OU AMPLIADOS
1.020	CONST., AMP. E REF. DE UNIDADES HABITACIONAIS	UN	6,00	UNIDADES HABITACIONAIS CONST., REF. OU AMPLIADAS
1.021	CONST.,AMP. E REF. DE SISTEMAS ESGOTO SANITARIO	METROS	300,00	SISTEMAS DE ESGOTO CONST. REFORMADOS OU AMPLIADOS
1.022	CONST.,AMP. E REF. DE REDES PLUVIAIS E FLUVIAIS	METROS	300,00	REDES CONSTRUIDAS, REFORMADAS OU AMPLIADAS
1.023	CONST.,AMP. E REF. SIST. DE ABASTECIMENTO DE AGUA	UN	1,00	SISTEMAS CONSTRUIDOS, REFORMADOS OU AMPLIADOS
1.024	CONST., REFORMA E EQUIPAMENTOS DE TORRES DE TV	%	25,00	TORRES CONSTRUIDAS, REFORMADAS
1.025	CONST.,AMP. E REF. DE REDES DE ENERGIA ELETRICA	UN	7,00	REDES ELETRICAS CONSTRUIDAS, AMP. E REFORMADAS
1.026	CONST.,AMP. E REFORMA QUADRAS, GINASIO E ESTADIOS	UN	1,00	GINASIO, ESTADIO E QUADRA CONST., REF. E AMPLIADAS
2.040	MANUT. DAS ATIVIDADES DA ILUMINACAO PUBLICA	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.041	MANUT. DAS ATIV. COM SINALIZACAO DE VIAS URBANAS	%	25,00	SEGURANCA NO TRANSITO
2.042	MANUT. DAS ATIV/ C/ SERVICOS DE ESTRADAS E RODAGEM	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.052	MANUTENCAO DE RUAS E AVENIDAS	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO

3



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.053	MANUTENCAO DE FRACAS E JARDINS	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.054	MANUTENCAO DO SERVICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.055	MANUTENCAO DO SERVICO DE ESGOTO SANITARIO	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.066	MANUT. DO PRAFAR - MINHA CASA, MINHA VIDA RURAL	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

PROGRAMA: 0016 GESTAO DA POLITICA AMBIENTAL

OBJETIVO: PROMOVER A ELABORACAO E A IMPLEMENTACAO DA POLITICA AMBIENTAL DO MUNICIPIO, VISANDO A PROTECAO, CONSERVACAO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULACAO E O CONTROLE AMBIENTAL DO MUNICIPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.033	CONT., AMP. E REF. ATERRIO/USINA DE RECIC. DO LIXO	UN	1,00	USINA CONSTRUIDA, REFORMADA OU AMPLIADA

PROGRAMA: 0017 GESTAO DA AGRICULTURA, PECUARIA E MEIO AMBIENTE

OBJETIVO: PROMOVER POLITICA DE EXTENSAO DO MEIO RURAL, GARANTINDO ASSISTENCIA TECNICA, APERFEILOCAMENTO LOGISTICO E ESTRUTURAL AOS PRODUTORES RURAIS, PARA AUMENTO DA QUANTIDADE E QUALIDADE DA PRODUCAO RURAL VISANDO O CRES. ECONOMICO SUSTENTAVEL DO MUNICIPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.007	MANUTENCAO DO CONVENIO COM A EMATER	%	25,00	ASSISTENCIA TECNICA AOS PRODUTORES
1.031	AQUIS. VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA	%	25,00	VEICULOS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
2.057	MANUTENCAO DA POLITICA RURAL E MEIO AMBIENTE	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.058	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PRONAF	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.076	PROMOCAO DE EVENTOS, CURSOS E TREINAMENTOS	%	25,00	AGRICULTURA E PECUARIA DE QUALIDADE



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
Demonstrativo das metas e prioridades da Administração Municipal

PROGRAMA: 0018 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL

OBJETIVO: PROMOVER AÇÕES POLÍTICAS VOLTADAS PARA ASSISTÊNCIASOCIAL COMUNITÁRIA A PESSOAS, GRUPOS OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.015	MANUT. DO CONVENIO COM A GUARDA MIRIM - PAMECI	%	25,00	CONVENIO MANTIDO
1.028	CONST., AMP. E REF. DE PREDIOS ASSISTENCIA SOCIAL	UN	1,00	PREDIO CONSTRUIDOS, REFORMADOS OU AMPLIADOS
1.030	AQUIS. VEIC. E EQUIP. FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL	%	25,00	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADQUIRIDOS
2.050	MANUT. ATIV. IGD INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IGD BOLSA FAMÍLIA	%	25,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LEI F., art. 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
RECEITAS CORRENTES (I)											
Receita Tributária	13.041.544,52	12.538.387,10	-3,86	18.765.000,00	49,66	20.756.792,06	10,63	22.186.563,54	6,88	23.678.954,92	6,73
Receita de Impostos	288.413,87	427.588,43	43,29	756.535,00	76,93	806.519,76	6,61	859.279,78	6,54	915.132,98	6,50
Taxas	284.346,10	406.468,68	38,09	666.535,00	71,36	741.219,76	6,42	788.679,78	6,40	839.943,98	6,50
Receita de Contribuições	4.067,77	21.119,75	419,20	80.000,00	184,09	95.300,00	8,83	107.600,00	8,12	75.189,00	6,50
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	137.339,61	135.633,87	-1,24	157.000,00	15,75	165.000,00	5,10	175.725,00	5,50	187.147,12	6,50
Receitas Patrimoniais	137.339,61	135.633,87	-1,24	157.000,00	15,75	165.000,00	5,10	175.725,00	5,50	187.147,12	6,50
Receitas de Valores Mobiliários	133.956,29	38.221,01	-71,47	122.879,14	221,50	130.911,27	6,54	137.470,51	5,01	146.406,09	6,50
Juros de Títulos de Renda	133.956,29	38.221,01	-71,47	122.879,14	221,50	130.911,27	6,54	137.470,51	5,01	146.406,09	6,50
Remuneração de Depósitos Bancários	12,55	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Receita Industrial	12,55	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Outras Receitas Industriais	69.611,40	77.783,50	11,74	100.000,00	28,56	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Receita de Serviços	11.985.507,84	11.851.607,79	-1,20	17.607.451,64	48,57	19.636.361,03	11,52	20.994.088,25	6,91	22.408.988,73	6,74
Transferências Correntes	14.011.891,65	13.899.786,42	-0,80	20.334.188,54	46,29	22.629.592,83	11,29	24.161.880,11	6,86	25.800.857,25	6,70
Transferências Intergovernamentais	-2.016.383,81	-2.048.178,63	1,58	-2.726.736,90	33,13	-2.993.231,80	9,77	-3.187.791,86	6,50	-3.991.888,52	6,40
Deduções do FUNDEB	406.702,96	7.552,50	-98,14	21.134,22	179,83	20.000,00	-5,37	20.000,00	0,00	21.300,00	6,50
Outras Receitas Correntes	891.606,00	638.188,94	-28,42	3.255.000,00	406,90	3.241.207,94	0,19	3.313.436,46	2,23	3.821.045,08	15,32
RECEITAS DE CAPITAL (II)											
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	-100,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.065.000,00	6,50	1.134.225,00	6,50
Atenção de Ativos	0,00	0,00	-100,00	105.000,00	-100,00	110.000,00	4,76	117.150,00	6,50	150.000,00	28,04
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	-100,00	105.000,00	-100,00	110.000,00	4,76	117.150,00	6,50	150.000,00	28,04
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Transferências de Capital	891.605,00	638.188,94	-28,42	2.130.000,00	233,76	2.130.000,00	0,00	2.130.000,00	0,00	2.535.450,00	19,04
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	1.207,94	-100,00	1.286,46	6,50	1.370,08	6,50
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	1.207,94	-100,00	1.286,46	6,50	1.370,08	6,50
OUTRAS DEDUÇÕES (III)	0,00	-50.000,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
TOTAL (IV) = (I) + (II) + (III)	13.923.149,52	13.126.576,04	-5,79	22.000.000,00	87,60	24.000.000,00	9,09	25.500.000,00	6,25	27.500.000,00	7,84



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DE IPANEMA

Recetaria: IRRF do Trabalho - Principal

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Recetaria: IRRF Outros Rendimentos - Principal

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Recetaria: IPTU - Imp Prop. Predial Territ Urbana-Principal

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Recetaria: IPTU - Multas e Juros

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Recetaria: IPTU - Dívida Ativa

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Recetaria: ITBI - Principal

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Recetaria: ISSQN - Principal

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Recetaria: ISSQN - Multas e Juros

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Recetaria: ISSQN - Multas e Juros

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Recetaria: ISSQN - Multas e Juros

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Recetaria: ISSQN - Multas e Juros

Descrição:

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: ISSQN - Dívida Ativa

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: ISSQN - Multas e Juros da Dívida Ativa

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Taxas p/ Prestação de Serviços

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Taxas p/ Prestação de Serviços - Multas e Juros

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Taxas p/ Prestação de Serviços - Dívida Ativa

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Taxas p/ Serv. - Multas e Juros D. Ativa

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Taxa Inspeção, Contr. Fiscal, Outras-Principal

A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Taxa Inspeção, Contr. Fiscal, Outras-Multas e Juros

A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Taxa Inspeção, Contr. Fiscal Outras - Dívida Ativa

A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Taxa Inspeção, Contr. Fiscal Outras

A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

25



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Taxa Inspeção, Contr. Fiscal-D-Ativa - Multas/Juros

DESCRÍÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Receita: CONT. P/ CUSTEIO SERV. ILUMIN. PUBLICA - PRINCIPAL
DESCRÍÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Receita: Remun. Dep. Bancários Outros Rec. Não Vinculados
DESCRÍÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEB
DESCRÍÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados - ENSINO
DESCRÍÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados - CIDE
DESCRÍÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados - ILUMIN
DESCRÍÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Receita: Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal
DESCRÍÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Receita: Cota-Parte do FPM 1% Cota Dezembro - Principal
DESCRÍÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

50



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Cota-Parte do FPM 1% Cota Julho - Principal

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerando ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Cota-Parte do ITR - Principal

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerando ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Cota-Parte do FEP - Principal

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerando ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transf. Recursos do SUS Bloco Atencio Basica

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerando ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transf SUS Bl At Media/Alt Comp. Amb Hospitalar

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerando ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transf. Recursos SUS Bloco Vigilancia em Saude

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerando ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transf. Recursos SUS Bloco Assist. Farmaceutica

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerando ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transferencias do Balanco-Educação - Principal

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerando ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transferencias do FNIQE ref ao PNAE - Principal

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerando ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transferencia do Poder Executivo - Principal

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerando ainda a perspectiva da evolução da economia.



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Transf Diretas do FNDE ref ao PNATE - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transf Financeira ICMS Desoneracao - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transf Cenf União Dest Prog de Educacao- Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Outras Transf de Convênios da União - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transf Rec. Fundo Nac Assist Social FINAS-Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Outras Transferências da União - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Cota-Parte do ICMS - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Cota-Parte do IPVA - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Cota-Parte do IPB - Municipios - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

112



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Cota-Parte da CIDE - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Tran.Rec Est Prog Saud/Rep Fundo a Fundo-Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Outras Transf de Convenio dos Estados - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transf. Rec. Fundo Estadual Assist. Social (FEAS)

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Transferencias de Recursos do FUNDEB - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Multas Prev em Legislaçao Especifica - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Outras Indenizações - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Outras Restituições - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.

Receita: Outras Op.Credito - Mercado Interno - Principal

DESCRÍCÃO

A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tomando por base os projetos previstos para investimentos, tendo como fonte as Operações de Créditos.

13



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Alienação de Outros Bens Móveis

RECEITA	DESCRIÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na expectativa de realização dos milhares de alívos.	

Receita: Transf. do SUS - Atencão Básica - Principal

RECEITA	DESCRIÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram com base na média da arrecadação dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.	

Receita: Outras Transf. Rec. SUS não Especif. Anter.Princip

RECEITA	DESCRIÇÃO
A previsão das receitas para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	

Receita: Transf. Rec. Dest. Prog. de Educação - Principal

RECEITA	DESCRIÇÃO
A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	

Receita: Transf. Conv. União para o SUS - Principal

RECEITA	DESCRIÇÃO
A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	

Receita: Transf.Conv.União para o convênio

RECEITA	DESCRIÇÃO
A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	

Receita: Transf. Conv. União dest. Prog. Meio Amb-Principal

RECEITA	DESCRIÇÃO
A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	

Receita: Transf Conv União Prog Inf-Est Transp-Principal

RECEITA	DESCRIÇÃO
A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

RECEITA:	OUTRAS TRANSF. DE CONVENIOS DA UNIAO - CONVOT	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	
RECEITA:	OUTRAS TRANSF. DE CONVENIOS DA UNIAO - CONVAS	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	
RECEITA:	TRANSF. REC. DO SIST. ÚNICO DE SAUDE/SUS - OUTSUS	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	
RECEITA:	TRANSF. REC. DO SIST. ÚNICO DE SAUDE/SUS - FES	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	
RECEITA:	TRANSF. DE REC. DEST. A PROG. EDUCACAO - PRINCIPAL	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	
RECEITA:	TRANSF. CONV. DOS ESTADOS PARA SUS - PRINCIPAL	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	
RECEITA:	TRANSF. CONV. ESTADOS DEST. PROG. EDUC. - PRINCIPAL	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	
RECEITA:	TRANSF. CONV. EST. DEST. PROG. SANEAR. BASICO - PRINCIPAL	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	
RECEITA:	TRANSF. CONV. EST. DEST. PROG. MEIO AMBIENTE - PRINCIPAL	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município aos órgãos concedentes.	



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Transf Conv Est dest. Prog Inf-Est Transp-Principal

	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município seis órgãos concorrentes.

Receita: Outras Transf. de Convenio dos Estados - CONVOT

	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município seis órgãos concorrentes.

Receita: Outras Transf. de Convenio dos Estados - CONVNAS

	DESCRIÇÃO
	A previsão da receita para o exercício de 2020, 2021 e 2022, foram estimadas tornando por base solicitações de transferências voluntárias (convênios), feito pelo município seis órgãos concorrentes.



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
DESPESSAS CORRENTES (I)											
Pessoal e Encargos Sociais	12.269.148,01	11.956.897,62	-2,55	17.380.000,00	45,36	19.055.000,00	9,64	20.338.000,00	6,73	22.009.040,00	8,22
Juros e Encargos da Dívida	7.751.819,79	7.340.416,45	-5,31	8.800.000,00	19,88	9.660.000,00	9,77	10.094.700,00	4,50	10.750.855,50	6,50
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	-100,00	20.000,00	-100,00	20.000,00	0,00	20.900,00	4,50	22.528,50	7,79
DESPESSAS DE CAPITAL (II)											
Investimentos	4.517.328,22	4.616.481,17	2,19	8.560.000,00	85,42	9.375.000,00	9,52	10.222.400,00	9,04	11.235.656,00	9,91
Inversões Financeiras	2.312.847,44	1.234.574,53	-46,62	4.520.000,00	266,12	4.845.000,00	7,19	5.062.000,00	4,48	5.390.960,00	6,50
Amortização de Dívida	1.054.859,29	1.011.712,50	-4,09	4.200.000,00	315,14	4.500.000,00	7,14	4.702.000,00	4,49	5.007.560,00	6,50
RESERVAS (III)	1.054.859,29	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Reserva de Contingência	203.128,86	222.862,03	9,71	320.000,00	43,59	345.000,00	7,81	360.000,00	4,35	383.400,00	6,50
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	-100,00	100.000,00	-100,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
DESPESA TOTAL	14.581.995,45	13.191.472,15	-9,54	22.000.000,00	66,77	24.000.000,00	9,09	25.500.000,00	6,25	27.500.000,00	7,84

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

Descrição: Despesas com Juros e Encargos

DESCRÍCÃO

A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Despesas com Amortização de Dívida

DESCRÍCÃO
A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Descrição: Pessoal e Encargos Sociais
A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Descrição: Outras Despesas Correntes
A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Descrição: Investimentos
A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.
Descrição: Inversões Financeiras
A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Reservas de Contingência

DESCRÍÇÃO
A previsão da reserva de contingência foi elaborada de acordo com as previsões de riscos e eventos fiscais que poderão ocorrer no município.
Descrição: Reserva Orçamentária do RPSS

A previsão da despesa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram com base na média dos últimos três exercícios, considerado ainda a perspectiva da evolução da economia.



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)						
Receita Tributária	13.041.544,52	12.488.387,10	18.765.000,00	20.758.792,06	22.186.663,54	23.678.954,92
Receita de Contribuição	298.413,87	427.568,43	766.535,00	806.519,76	859.279,78	915.132,98
Receita Patrimonial	137.339,61	136.633,87	157.000,00	165.000,00	175.725,00	187.147,12
Aplicações Financeiras (II)	133.956,29	38.221,01	122.879,14	130.911,27	137.470,51	146.406,09
Outras Receitas Patrimoniais	133.956,29	38.221,01	122.879,14	130.911,27	137.470,51	146.406,09
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	11.995.507,84	11.801.607,79	17.607.451,64	19.636.361,03	20.994.088,25	22.408.968,73
Receitas Fiscais Correntes (III) = (I - II)	476.326,91	85.336,00	121.134,22	20.000,00	20.000,00	21.300,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	12.907.588,23	12.450.166,09	18.642.120,86	20.627.880,79	22.049.093,03	23.532.548,83
Operações de Crédito (V)	891.605,00	638.188,94	3.235.000,00	3.240.000,00	3.312.150,00	3.819.675,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.065.000,00	1.134.422,50
Transferência de Capital	891.605,00	638.188,94	2.130.000,00	2.130.000,00	2.130.000,00	2.535.450,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI)	891.605,00	638.188,94	2.130.000,00	2.130.000,00	2.130.000,00	2.535.450,00
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	13.789.193,23	13.088.355,03	20.772.120,86	22.757.880,79	24.179.093,03	26.067.998,83

Valores em R\$1,00



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Demonstrativo 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Valores em R\$1,00
							2022
DESPESAS CORRENTES (X)	12.269.148,01	11.956.897,62	17.380.000,00	19.055.000,00	20.338.000,00	22.009.040,00	
Pessoal e Encargos Sociais	7.751.819,79	7.340.416,45	8.800.000,00	9.660.000,00	10.094.700,00	10.750.855,50	
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.900,00	22.528,50	
Outras Despesas Correntes	4.517.328,22	4.616.481,17	8.560.000,00	9.375.000,00	10.222.400,00	11.235.656,00	
Despesas Fiscais Correntes (XII) = (X - XI)	12.269.148,01	11.956.897,62	17.360.000,00	19.035.000,00	20.317.100,00	21.986.511,50	
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	2.312.847,44	1.234.574,53	4.520.000,00	4.845.000,00	5.062.000,00	5.390.960,00	
Investimentos	1.054.859,29	1.011.712,50	4.200.000,00	4.500.000,00	4.702.000,00	5.007.560,00	
Inversões Financeiras	1.054.859,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XIV)	203.128,86	222.862,03	320.000,00	345.000,00	360.000,00	383.400,00	
Despesas Fiscais de Capital (XV) = (XIII - XIV)	2.109.718,58	1.011.712,50	4.200.000,00	4.500.000,00	4.702.000,00	5.007.560,00	
RESERVAS (XVI)	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	14.378.866,59	12.968.610,12	21.660.000,00	23.635.000,00	25.119.100,00	27.094.071,50	
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-579.673,36	119.744,91	-887.879,14	-877.119,21	-940.006,97	-1.026.072,67	

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DE IPANEMA

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário

DESCRICAÇÃO
O Resultado Primário é obtido através da equação: Receitas Financeiras - Despesas Financeiras = Resultado Primário
- Se as receitas não financeiras são superiores às despesas não financeiras tem-se um Superávit Primário;
- Se as receitas não financeiras são inferiores às despesas não financeiras tem-se um Déficit Primário;
- Se as receitas não financeiras são iguais às despesas não financeiras tem-se um resultado primário nulo.



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal

DESCRIÇÃO

O Resultado Nominal é obtido comparando-se o saldo da dívida atual em relação ao saldo da dívida anterior, ou seja, sua evolução em espaço de tempo.

- Se a dívida atual é menor que a anterior temos um resultado nominal com valores negativos, ou seja, a dívida reduziu;

- Se a dívida atual é maior que a anterior temos um resultado nominal com valores positivos, ou seja, a dívida consolidada aumentou.

É importante frisar que o resultado da dívida consolidada negativo ou positivo não expressa irregularidade.

Para manter essa dívida dentro dos limites legais, é preciso que fique sempre abaixo de 1,2 da receita corrente líquida.

DESCRIÇÃO

54



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	209.826,22	97.871,63	1.600.000,00	1.550.000,00	1.500.000,00	1.450.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.520.534,51	1.659.857,41	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00
Ativo Disponível	2.470.570,61	1.666.566,13	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
Haveres Financeiros	3.734,79	10.723,35	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
(-) Restos a Pagar/Processados	953.770,89	17.432,07	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.310.708,29	-1.561.985,78	1.470.000,00	1.420.000,00	1.370.000,00	1.320.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - VI)	-1.310.708,29	-1.561.985,78	1.470.000,00	1.420.000,00	1.370.000,00	1.320.000,00
RESULTADO NOMINAL	-768.820,74	-251.277,49	3.031.985,78	-50.000,00	-50.000,00	-50.000,00

Valores em R\$1,00



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**

DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	209.826,22	97.871,63	1.600.000,00	1.550.000,00	1.500.000,00	1.450.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.520.534,51	1.659.857,41	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00
Ativo Disponível	2.470.570,61	1.666.566,13	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
Haveres Financeiros	3.734,79	10.723,35	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	953.770,89	17.432,07	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.310.708,29	-1.561.985,78	1.470.000,00	1.420.000,00	1.370.000,00	1.320.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-1.310.708,29	-1.561.985,78	1.470.000,00	1.420.000,00	1.370.000,00	1.320.000,00
RESULTADO NOMINAL	-768.820,74	-251.277,49	3.031.985,78	-50.000,00	-50.000,00	-50.000,00

Valores em R\$1,00



MUNICÍPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Demonstrativo 14 - MONTANTE DA DÍVIDA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	209.826,22	97.871,63	1.600.000,00	1.550.000,00	1.500.000,00	1.450.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.520.534,51	1.659.857,41	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00
Ativo Disponível	2.470.570,61	1.666.566,13	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
Haveres Financeiros	3.734,79	10.723,35	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	953.770,89	17.432,07	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	-1.310.708,29	-1.561.985,78	1.420.000,00	1.370.000,00	1.320.000,00	

Valores em R\$1,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO MONTANTE DA DÍVIDA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DE IPANEMA

Descrição: Dívida Consolidada

DESCRIÇÃO

Para projeção do saldo do montante da dívida foi considerado os contratos em execução, sua atualização e amortização.